

A RENAMO NÃO EXISTE: É UMA FICÇÃO AO SERVIÇO DA POLÍTICA SUL-AFRICANA

Rodrigues da Silva no Maputo

O primeiro plano mostra um belo rosto de rapariga negra, quase criança: o olhar doce, os olhos tristes. A câmara afasta-se e, súbito, enquadra um leito branco, de hospital. Quando o plano se torna fixo para dar início ao genérico, damos-nos conta, com horror que a bela rapariga negra tem as duas pernas amputadas. E são as primeiras imagens do filme «Matando um Sonho», dos cineastas suecos Anders Nilsson e Gunilla Akesson, sobre o terrorismo praticado pela Renamo sobre as populações civis moçambicanas.

Um filme que a RTP possui e que seria desejável fosse passado em Portugal, a abrir um debate pluralista sobre o que é a Renamo, seus objectivos e forma de actuação. Moçambique está geograficamente longe, mas historicamente, psicologicamente não o está assim tanto que nos seja indiferente esta guerra. E nenhuma guerra nos pode ser indiferente.

O filme que tive oportunidade de ver aqui no Maputo, numa exibição privada, e em vídeo, pareceu-me um filme honesto e extraordinariamente bem realizado, ainda que possa parecer infame falar em estética quando o que se vê é um cortejo de horrores: parte da população que ficou para falar (e falam várias pessoas neste filme feito de depoimentos) tem as orelhas e os narizes cortados, mãos e pernas amputadas. A maior parte dos casos não são vítimas de bombas ou tiros, mas de actos individuais de mutilação de homens, mulheres e crianças.

O filme (de 38 minutos, feito a partir de doze horas de filmagem em 1985) mostra também o estado verdadeiramente miserável desta população do interior do país: nada que se compare com a do Maputo. Nestas regiões, controladas ora pela Renamo ora pelo Exército moçambicano, as populações — a avaliar pelo filme — vivem de facto na fronteira limite da fome e da nudez e aqui a expressão não é retórica.

No final do filme, num português embrionário, olhos postos na câmara, um homem pergunta: «Eu aí não estou a perceber, tem muita confusão, a luta dos bandidos armados mata só população em vez de matar próprio soldado que estão preparado a combater com ele, mas o que é ele quer? Quer ganhar o quê? Porque a população é esta que está a ameaçar?»

«Instrumento de agressão externo»

Não fui fazer estas perguntas a José Mota Lopes, director da

Escola de Jornalistas de Moçambique e director-adjunto do Centro de Estudos Africanos, onde está a ser feito um estudo sobre a situação da guerra.

Fui-lhe fazer outras perguntas. A entrevista aí está, em síntese, ele disse-me: «A Renamo não existe, é uma ficção, não passa de um elemento de destabilização de Moçambique ao serviço da política da África do Sul.» Por isso, nem espanta que tenha concluído sobre a hipótese de negociações Frelimo-Renamo: «Já falámos com a África do Sul, não há outras conversações possíveis».

Como é que classificaria a Renamo: um movimento de oposição ou um movimento terrorista?

Conhecemos casos históricos em que o terrorismo foi uma forma de oposição. Mas o que acontece com a Renamo é que é um instrumento de agressão externo, dirigido contra o país e utilizando como meio principal o terrorismo contra a população civil e contra alvos económicos e sociais. Já o era em 1972, na ex-Rodésia do Sul, como instrumento de infiltração nos movimentos de libertação do Zimbabué e da Frelimo, foi-o pela função que desempenhou na guerra da Rodésia contra Moçambique. Neste último caso, a tática era de diversão: fazer um ataque a um determinado ponto para obrigar a afluir aí a tropa e permitir uma segunda actuação de forças regulares rodesianas noutro local mais importante. Na sua fase sul-africana após 1980, a actuação da Renamo demonstra que nunca foi mais do que o instrumento militar, um exército secreto ao serviço da África do sul. Tal como antes o tinha sido a Rodésia.

Uma de três coisas

Mas como explica que as populações não isolem os grupos da Renamo?

Uma das ideias-forças da Renamo, anunciada através dos seus porta-vozes em Lisboa, era a de que possuía vastas zonas chamadas libertadas, com adesão da população, na Gorongosa, províncias de Manasca e Sofala, em suma as regiões de sua maior implantação desde 1972. Ora, quando em Agosto de 1985, esta região foi considerada limpa, após uma operação conjunta dos Exércitos moçambicano e do Zimbabué, os contactos com a população mostraram que não existia aí nenhum tipo de implantação social, nem nenhum tipo de contra-poder minimamente organizado. Não só muitos de nós, moçambicanos que fomos visitar a região, como funcionários internacionais que lá se deslocaram, tiveram a oportunidade de verificar que a actuação da Renamo se reduzia a

uma de três coisas: ou à destruição de casas, haveres e machambas (plantações) ou em assassinatos e raptos da população ou — quando permanecem no local — ao exercício de formas de poder repressivo. Isto explica porque em muitas situações as populações, quando indefesas, fogem à aproximação de grupos armados. Por outro lado, as formas de pseudo-organização da Renamo limitavam-se a encerrar as populações em acampamentos e postos de controlo armado, com circulação só permitida para o acesso às machambas de produção. Neste sistema incluíam-se também as chamadas bases operacionais, na realidade conjuntos de cabanas de colmo ou caniço, rodeadas de gente vivendo ao ar livre ou em telheiros provisórios. Era esta gente que os chefes dos grupos armados recrutavam para ir buscar água e comida. Aí recrutavam carregadores, mulheres, etc. Mas toda esta gente tinha outra função: funcionava como muralha de protecção contra bombardeamentos ou ataques de surpresa. A vida organizava-se segundo dois parâmetros: garantir alimentação e segurança aos próprios grupos.

A Renamo nunca conseguiu criar uma base social de apoio

Em que estado foram encontrar essas populações quando o exército moçambicano tomou as bases da Renamo?

A obrigatoriedade de permanência das populações junto da Renamo — uma obrigatoriedade garantida pela força das armas para lhe fornecer alimentos — fez com que essas populações se vissem rapidamente reduzidas a níveis abaixo da subsistência. Isto afectava, principalmente, os velhos, mulheres e crianças. Mas o problema seria ainda bem mais complexo se os camponeses não escondessem parte da comida que produziam. Nestas condições, as taxas de mortalidade provocadas pela guerra, pela má nutrição e pelas brutalidades aumentaram em flecha. Numa cidade como Maputo ou Beira ou no campo, nas aldeias dispersas, se se perguntar o que são esses grupos armados, a resposta que se colhe é a de que são bandidos armados, machengas, kizumbas, isto é hienas, figuras de terror, que metem medo. A Renamo nunca conseguiu criar uma base social de apoio, nunca conseguiu apresentar-se como uma alternativa mesmo em situações graves de necessidades e carências. Nunca conseguiu a adesão no exterior de quadros moçambicanos que abandonaram o país. Porque, de facto, sempre se caracterizou por um meio de agressão externa.

Mas esses grupos armados são constituídos por moçambicanos?

São. Embora não exclusivamente. Desde dissidents da Frelimo até ex-forças especiais que estiveram ao serviço da Pide, até pessoas que emigraram para a África do Sul. Pelas mais diversas razões: a própria guerra, a seca, as cheias e os emigrantes clandestinos que eram mais de 80 mil em 1985. A emigração, para a África do Sul de moçambicanos tem tradições históricas. Entre os clandestinos que são apanhados na África do Sul a coacção é fácil: «Ou vais combater ou a gente coloca-te na fronteira.» A opção pelo combate não é difícil num país que tem pouco mais de dez anos e onde a concepção nacional está ainda em formação.

Acordo de Nkomati não era o que a África do Sul queria assinar

Conclui do que me diz, que a África do Sul não cumpre o acordo de Nkomati...

O acordo de Nkomati assinado por P. Botha não foi o acordo que pretendiam as forças sul-africanas que estão detrás desta forma de agressão. Os documentos capturados na Gorongosa, após a tomada da base, demonstraram isto: confirmam que, numa fase imediatamente anterior à sua assinatura, essas forças iniciaram todo um processo que, apesar do acordo, lhes permitisse continuar a abastecer e dirigir os grupos armados em Moçambique através de formas alternativas. Em suma, que dessem a ideia de que tais grupos actuavam independentemente da África do Sul.

Porque é que Moçambique não denuncia o acordo?

O acordo é um importante instrumento de contenção da destabilização em Moçambique e na África Austral, provocada pela África do Sul. Funciona mesmo como revelador do real envolvimento sul-africano nesta operação de destabilização. Teve ainda importantes repercussões no interior da África do Sul, que vão desde manifestações de cisões ao nível do Poder até ao facto de ter sido um dos factores que contribuíram para o avanço da luta interna de massas na África do Sul. O acordo de Nkomati é o acordo que Moçambique pretendeu assinar e assinou.

A passagem do exército de guerrilha ao exército regular

Como explica que o exército moçambicano não seja capaz de eliminar os tais grupos armados?

Do mesmo modo que as poderosas polícias ocidentais não conseguem hoje por cobro às recentes formas de terrorismo no Ocidente. Com uma diferença, porém: é que desde que cesse o apoio externo, nomeadamente da África do Sul, há a convicção de que em Moçambique o assunto se pode resolver por si. Mas para não fugir à pergunta direi que o exército moçambicano era, há 11 anos, um exército de guerrilha. Após a independência, iniciou um processo de transição para um exército regular. Esta transição seria sempre difícil em qualquer situação. No caso moçambicano, o problema tornou-se mais complicado porque a transição de um exército de guerrilha para um exército regular se faz enquanto se teve que suportar guerras contra a agressão da Rodésia primeiro,

contra a agressão sul-africana depois e, simultaneamente, contra os grupos armados. Em termos de segurança nacional, isto complicou-se pela vastidão das fronteiras com a África do Sul, a grande dispersão das populações e a escassez da população (treze milhões) em relação a um território oito vezes e meia maior do que Portugal. A tomada de Maputo, da Beira e de Quelimane foi por várias vezes anunciada como estando iminente, desde 1982 e a verdade é que se continua a viver em segurança nestas cidades, tal como há muitas regiões do país em que a acção dos grupos armados foi bloqueada e já não existe. Isso deve-se a este exército. No entanto, a reorganização do exército prossegue, visando torná-lo mais eficaz e operativo e dotá-lo de armas mais adequadas a esta situação de guerra. E não só a esta situação. Também a outras. Porque é de prever uma escalada da violência em toda a África Austral: o perigo permanente de uma agressão de uma África do Sul cada vez mais em crise não diminuiu. Quanto mais grave for a situação interna na África do Sul maior será a tendência para exportá-la, para transferi-la para o exterior. Para, por momentos, contra a crise interna.

Este exército moçambicano que não elimina a Renamo, será capaz de conter uma eventual invasão sul-africana?

Seria fácil à África do Sul invadir Moçambique com o seu poderoso exército. Mas será impossível ocupar Moçambique.

Casos de corrupção no exército moçambicano

Tenho ouvido falar na existência de diversos casos de corrupção no seio do exército moçambicano. É verdade?

Na última reunião da Organização Nacional da Juventude, os próprios jovens denunciaram aspectos de corrupção em alguns sectores e entre elementos das forças armadas, a vários níveis de responsabilidade. Diria que isso, resulta dos problemas existentes na sociedade civil. Resulta também de uma consciência nacional não ser ainda uma realidade para esses elementos corruptos. Resulta, por fim, do facto de as Forças Armadas se encontrarem numa fase de transição. Acontecer porém, que os elementos envolvidos nesse tipo de corrupção têm vindo a ser severamente punidos.

Há perigo de um caso ou outro de rebelião por parte de unidades do exército, capaz de provocar bolsas separatistas?

Penso que não. De todos os cenários possíveis esse é dos mais fantasistas.

A pressão sobre Maputo já foi maior

Há riscos de a Renamo poder vir a partir o país a meio?

Esse foi um dos objectivos procurados pelos próprios sul-africanos. Chegou a ser preparada uma operação com essa finalidade, a partir do Malaul. Duzentos mercenários entrariam pela Tanzânia visando a criação do que eles pretendiam que fosse qualquer coisa como uma república islâmica no Norte do país. Mas tal operação falhou, foi desmantelada.

Mas na presente situação, a partir do corredor do Luabo, aparentemente nas mãos da Renamo?

O corredor do Luabo também me parece ser mais uma ficção. A pequena vila do Luabo ainda está ocupada por grupos armados. Mas Marroméu já não está.

Mas acha que haverá hipótese de divisão do país em duas partes, com a eventual separação da parte norte?

Poderá ser um objectivo mas a possibilidade é remota, hoje mais do que nunca.

Como explica que o terrorismo esteja às portas da cidade de Maputo. Não falo de uma bomba dentro da cidade, que isso pode acontecer em qualquer cidade do mundo e acontece. Falo de grupos armados actuarem a poucos quilómetros do centro de Maputo sem que o exército possa dominar a situação?

O apoio da África do Sul, é fácil. A fronteira fica aqui a menos de setenta quilómetros. São pequenos grupos que actuam e fogem. Mas a pressão que se fazia sentir sobre a cidade do Maputo diminuiu muito nos últimos meses, o que significa que quando há uma resposta enérgica aqui na zona eles são contidos.

Os porta-vozes da Renamo em Lisboa

Em Lisboa, porta-vozes da Renamo admitem que, para além daquele movimento, há outros de oposição armada a actuar contra a Frelimo, no interior de Moçambique. É verdade?

É falso. Mesmo a Renamo que Portugal conhece é a imagem que os seus porta-vozes em Lisboa procuram dar, tentando, assim legitimar o que, como já se disse, é uma forma de agressão externa por parte de determinadas forças belicistas sul-africanas, que utilizam moçambicanos, por razões, que já lhe referi. A Renamo não existe, é uma ficção. Por isso, é chocante que estes porta-vozes, para mais sendo cidadãos portugueses, continuem a reivindicar atentados, raptos e outras acções, em Moçambique, nalguns casos vitimando portugueses. Isto é não só surpreendente para nós como absurdo seria que o Governo português permitisse que cidadãos portugueses reivindicassem em Lisboa, atentados da ETA ou das Brigadas Vermelhas em Espanha ou Itália.

Acha que isso afecta as relações Moçambique-Portugal?

Tudo isto é mau para o presente e para o futuro das relações entre os dois países.

DIÁRIO POPULAR

Lisboa

13 MAI 1986